

| | |
|--|-----------|
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS..... | 9 |
| APRESENTAÇÃO | 13 |
| PREFÁCIO..... | 15 |
| INTRODUÇÃO..... | 19 |
| 1 ENDIVIDAMENTO E DECISÕES FINANCEIRAS DE LONGO PRAZO | 23 |
| 1.1 Desenvolvimento, financeirização e investimentos públicos..... | 23 |
| 1.1.1 Elementos das teorias do desenvolvimento e endividamento público | 23 |
| 1.1.2 A limitação brasileira de capitais e a estratégia de crescimento com endividamento..... | 31 |
| 1.1.3 A mundialização financeira e seus impactos sobre a superação do subdesenvolvimento..... | 36 |
| 1.2 Déficit fiscal e dívida pública..... | 48 |
| 1.2.1 A dinâmica da dívida pública..... | 48 |
| 1.2.2 Déficit público e formas de mensuração | 62 |
| 1.3 Aspectos político-institucionais e justiça inter-regional na dinâmica do endividamento..... | 79 |
| 1.3.1 A “tragédia dos comuns” e a competição federativa..... | 79 |
| 1.3.2 Descentralização e equilíbrio federativo | 87 |
| 1.3.3 Controle nacional do endividamento | 94 |
| 1.4 Aspectos político-institucionais e justiça intergeracional na dinâmica do endividamento..... | 104 |
| 1.4.1 O problema da representação das futuras gerações. Existe um princípio de equilíbrio intergeracional?..... | 104 |
| 1.4.2 O mecanismo de deslocamento dos gastos pelo endividamento e a competição intergeracional..... | 115 |

•• *Teoria jurídica do crédito público e operações estruturadas*

| | |
|---|------------|
| 2 TRATAMENTO JURÍDICO DAS DÍVIDAS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO PÚBLICO: ELEMENTOS, ATRIBUTOS CONSTITUIDORES E A NECESSIDADE DE PRECISA DEFINIÇÃO | 121 |
| 2.1 O controle do crédito público na Constituição..... | 121 |
| 2.1.1 A fixação de competências pela Constituição de 1988..... | 121 |
| 2.1.2 O não pagamento da dívida: efeitos consequências econômicas, políticas e jurídicas..... | 124 |
| 2.2 Os limites e condições ao endividamento público nas resoluções do Senado Federal..... | 134 |
| 2.2.1 O exercício da competência privativa pelo Senado..... | 134 |
| 2.2.2 Limites e condições ao montante da dívida consolidada e às operações de crédito | 137 |
| 2.2.3 Autorização para crédito externo..... | 147 |
| 2.3 Equilíbrio fiscal, endividamento e operações de crédito na Lei Complementar n. 101/2000..... | 154 |
| 2.3.1 Mecanismos de estabilização fiscal e a lei de responsabilidade fiscal brasileira | 154 |
| 2.3.2 Endividamento e operações de crédito: proposta de conceito doutrinário | 164 |
| 3 OPERAÇÕES ESTRUTURADAS: CONCEITO, OPORTUNIDADES E IMPACTOS NAS FINANÇAS PÚBLICAS..... | 181 |
| 3.1 Proposta de conceito de operações estruturadas para o Direito Financeiro | 181 |
| 3.2 Operações estruturadas no setor público e impactos fiscais..... | 186 |
| 3.2.1 Operações envolvendo empresas estatais..... | 186 |
| 3.2.2 Operações de securitização de créditos públicos..... | 200 |
| 3.2.3 Constituição de fundos de investimentos e fundos públicos especiais..... | 225 |
| 3.2.4 Contratos <i>built to suit</i> e esquemas <i>sell and lease back</i> | 237 |
| 3.2.5 <i>Project finance</i> e PPPs..... | 245 |
| 3.2.6 Concessão de garantias | 268 |
| CONCLUSÕES..... | 281 |
| REFERÊNCIAS..... | 283 |